

1 **ATA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E**
2 **QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA**

3 No dia seis de novembro de 2018, às 9h, iniciou-se a 27ª reunião ordinária da Câmara Técnica de
4 Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina
5 Pimenta Assunção/IGAM, e prosseguimento com a pauta, conforme relatados a seguir. A reunião
6 ocorreu no auditório do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais em Belo
7 Horizonte/MG. Os participantes constam da lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo
8 dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da
9 Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. Em relação ao item 1 de pauta: informes da
10 coordenação da CT-SHQA sobre os últimos encaminhamentos necessários para andamento dos
11 programas destinados a essa CT, a coordenadora da CT, Regina Assunção, iniciou a reunião
12 realizando um alinhamento geral, resgatando o histórico dos acontecimentos das últimas
13 semanas e da Reunião do CIF. Agradeceu a presença dos membros na reunião e informou que os
14 itens de pauta para a próxima reunião do CIF devem ser enviados até o dia 09/11. Em relação à
15 Ata da 26ª Reunião Ordinária da CT-SHQA, o Sr. Flávio, representante da ANA, não estava de
16 acordo com a redação de um encaminhamento e ficou responsável por adequá-lo e reenviar para
17 a coordenação dessa Câmara Técnica para oficialização da Ata. A Sra. Regina perguntou se seria
18 necessário realizar um novo chamamento para os municípios da Área Ambiental 2 na próxima
19 reunião do CIF e a Sra. Christiny, representante da SECIR, informou não ser necessário, uma vez
20 que a instituição financeira pode fazer o ajuste para melhor continuidade do processo e colocou
21 que existe uma planilha do plano de aceleração do PG31 que necessita de atualização. A Sra.
22 Thais, também representante da SECIR, informou que a Sra. Regina deve fazer uma primeira
23 análise do documento e a Renova deve retornar o documento para a CT-SHQA com as correções
24 dessa análise e detalhando melhor cada caso. A Sra. Regina relatou a dificuldade cada vez maior
25 de se arquivar e proteger documentos e dados e informou que irá reforçar com no CIF a
26 necessidade de se criar um FTP/CIF para melhor arquivamento desses dados. A Sra. Margareth,
27 representante da SEAMA, também se preocupou e informou de um encaminhamento que o
28 núcleo de assessoramento iria distribuir esse tema para todas as CT's. O Sr. Gilberto,
29 representante do IEMA, informou que existem muitos dados da CT-SHQA que não estão no
30 repositório da ANA, que faltam atas de reuniões antigas e que não se sabe até quando a Agência
31 Nacional de Águas irá dar esse suporte técnico para a CT-SHQA, relatando mais uma vez a
32 necessidade da criação desse repositório do CIF. Informou ainda da necessidade de se juntar os
33 dados e materiais dos GT's e da CT e de estabelecer um melhor o fluxo de informações internos
34 da CT-SHQA. A Sra. Milena, representante da SEDURB, informou que na próxima reunião da CT-
35 SHQA apresentará o fluxo de informações utilizado no GT-ESRS para possível adaptação da CT e
36 a Sra. Regina solicitou que esse seja um item de pauta para a 28ª reunião ordinária da CT-SHQA.
37 A Sra. Regina informou que os responsáveis da Renova pelo PG-31 ficaram confusos com a
38 definição do novo escopo apresentado que se pode haver uma judicialização para tratar do
39 assunto, relatou ainda que o escopo sugerido não fugiu do TTAC, apenas deixou mais claro as
40 definições desse programa. A Sra. Margareth informou que a posição do CIF era de que esse
41 programa não deveria se limitar apenas ao repasse de recursos e que se deveria trabalhar
42 também com a prestação de serviços de capacitação e assistência técnica, informando ainda que
43 a NT-24 já foi deliberada, relatou também que não se dá para discutir indicadores sem discutir
44 escopo e objetivos do programa. A Sra. Regina informou que a Renova enviou no dia 05/11 um
45 anexo do PG-31 para análise, mas que não houve tempo suficiente para uma análise da CT e esse

46 será um ponto de pauta da 28ª reunião ordinária da CT-SHQA. O Sr. Gilberto informou que a Sra.
47 Suely, presidente do CIF, entendeu que se deve inserir e divulgar no repositório as duas planilhas
48 de dados do PMQQS, e a Sra. Margareth completou, relatando que para ter acesso a esses dados
49 o solicitante deve preencher um formulário. A Sra. Margareth informou ainda da aprovação do
50 regimento único e interno das CT's e que os pedidos da CT-SHQA foram quase todos atendidos.
51 Foi relatado também a solicitação da inclusão do município de Ponte Nova na Área Ambiental 1,
52 por um parecer da Ramboll. O Sr. Flávio questionou como ficaria a questão de Ponte Nova,
53 perguntando como seria a estimativa de valores nessa temática, se será estabelecido um teto,
54 que tipos de danos ocorreu no sistema de abastecimento e se o CIF solicitou algo para a CT-SHQA.
55 A Sra. Regina informou que existe um ponto de pauta na parte da tarde dessa reunião para
56 esclarecimento do tema por parte da Fundação Renova. A Sra. Regina relatou o envio do Plano
57 de Aceleração do PG-32 por parte da Renova, que ocorreu uma reunião do dia 05/11 e foram
58 pedidos alguns ajustes nesse plano. A Sra. Milena relatou um entendimento claro que se teve na
59 reunião do CIF, de que as CT's e os GT's não precisam de um formalismo igual ao CIF em relação
60 ao envio da pauta e do material das reuniões, que a pauta deve ser enviada até 5 dias antes mas
61 que os documentos não devem ser enviados nesse prazo, assegurando que todos os membros
62 tenham acesso aos documentos que serão apresentados. A Sra. Regina informou que o plano de
63 ações para o período chuvoso não teve grandes alterações e a Sra. Rafaeli, representante do
64 IEMA, informou que no dia 01/11 a Renova apresentou ações emergenciais para o período
65 chuvoso e que existem várias dúvidas e ações que não foram feitas, itens retirados do relatório,
66 falta de justificativas e anuências. O Sr. Flávio relatou que é importante resgatar a versão mais
67 recente do plano, que previa que permanecesse válido até quando fosse necessário e que é
68 importante se fazer um resgate para analisar a necessidade de ajuste. A Sra. Regina comentou
69 que entendeu que esse plano era para atender a defesa civil e que ele sempre terá o mesmo
70 formato, que aborda os meios de agir de forma emergencial, caso não possa ocorrer um
71 tratamento convencional nas ETAs, mas que irá fazer o resgate desse plano e o tema entrará
72 como pauta na 28ª reunião ordinária da CT-SHQA. A Sra. Regina informou a necessidade de se
73 formalizar um membro do Ministério das Cidades para participar da CT-SHQA e a Sra. Jamyle,
74 representante do Ministério da Saúde, informou que se tem a necessidade de formalização com
75 todos os ministérios para a indicação de membros para a participação nessa CT, a partir do ano
76 que vem devido às mudanças nos Governos e a Sra. Milena informa da necessidade desse mesmo
77 movimento no âmbito dos estados. A Sra. Regina informa da realização de um seminário
78 proposto pelo CBH Doce nos dias 12 e 13 de dezembro e pede a participação de membros dos
79 PGs 31, 32 e 38 para relato e apresentação das ações realizadas pela CT-SHQA, a Sra. Jamile
80 afirma que poderá participar desse seminário. A Sra. Rafaeli informa a necessidade da realização
81 de reuniões um dia antes ou um dia depois do seminário proposto para tratar com os prefeitos
82 da AA1 sobre os entendimentos, responsabilidades e problemas relacionados com a Cláusula
83 171, informando a necessidade da presença de algum membro do CIF na reunião. A Sra. Regina
84 sugere discutir com os prefeitos a questão da assinatura das anuências e solicita envio formal do
85 convite para cada prefeito, por parte do GT Abastecimento/CIF. A Sra. Regina recoloca o tema da
86 necessidade de se realizar uma expedição no Rio Doce no mês de dezembro mas alguns membros
87 sugerem fazer essa expedição no ano que vem devido ao tempo curto que se tem nesse ano. A
88 Sra. Jamyle relatou que no distrito de Degredo houve uma contaminação complicada de Arsênio
89 e que a secretaria do ES iria fazer uma análise, a Sra. Rafaeli informa que o monitoramento deve
90 ser com ações de solução estruturante, a Sra. Regina propôs uma reunião com o GT
91 Abastecimento para se debater o tema mas a Sra. Margareth relatou que apenas uma análise
92 não pode ser conclusiva, que se precisa saber qual o método de coleta e pesquisa e apenas um

93 laudo sem esses métodos não é suficiente, da mesma forma, a Sra. Jamile relatou que ainda não
94 deve emitir uma NT sem saber a real situação da qualidade da água em Degredo, pois ainda não
95 se pode propor nada. A Sra. Flávia, representante da AGERH, relatou que muitos dos cursos de
96 água na foz do Rio Doce são vistos como defluentes e não afluentes e que não se tem informações
97 em relação a esses dados de vazão no sistema da AGERH, solicitando ao Sr. Flávio que verifique
98 esses dados no sistema da ANA. Em relação ao item 3 de pauta: apresentação da NT e minuta de
99 deliberação com encaminhamentos da vistoria realizada nos sistemas de abastecimento de água
100 em agosto e setembro de 2018, a Sra. Rafaeli realizou uma apresentação para os membros,
101 informando que no dia 05/11 ocorreu uma reunião sobre o tema e que existem vários problemas,
102 os relatórios entregues pela Renova estão ruins e, de acordo com a Deliberação 185, se chegou
103 à conclusão que a Renova não cumpriu a cláusula. Foi pedido um plano de aceleração para ver a
104 situação e o cronograma das obras e o que foi entregue não está detalhado, os prazos não
105 condizem com a realidade e na próxima reunião do CIF a Sra. Suely deve apresentar uma
106 notificação de não cumprimento da cláusula. Ficou encaminhado para a Fundação Renova
107 apresentar as anuências dos projetos básicos até o dia 28 de dezembro, mas que mesmo assim
108 existem muitos outros problemas. Relatou que na área de reassentamento há uma nova
109 necessidade de abastecimento e que a população está voltando a captar água do rio e isso deve
110 ser analisado. Relatou ainda a questão política de Resplendor e Aimorés, que esse assunto deve
111 ser levado ao CIF pela Sra. Regina. Em relação a Aimorés o SAAE apresentou um pleito ao CIF
112 solicitando a construção de uma adutora de água tratada e o CIF retornou a questão para a CT-
113 SHQA. Foi informado que ainda existem algumas dúvidas em relação ao projeto, como o seu
114 valor, o que serão medidas compensatórias e reparatórias, outorga do rio Manhuaçu, viabilidade
115 técnica e vários outros pontos. Relatou ainda que o abastecimento está sendo feito por
116 caminhões-pipa pois a população não aceita a captação em poço e no rio Doce, que querem uma
117 nova adutora, como foi proposto pela Samarco antes da participação da Renova. Rafaeli informa
118 que o relatório e o plano de aceleração do PG32 foi entregue, mas que faltam dados, mais
119 documentos e maior detalhamento, ficando encaminhada a entrega desse Plano de Aceleração
120 atualizado até o dia 15/12. Informou a necessidade de se juntar com os prefeitos das 24
121 localidades para se dar um andamento, detalhar as responsabilidades e analisar os focos das
122 cláusulas. A Renova deve enviar a apresentação com os entraves políticos até o dia 19/11 para a
123 Sra. Regina. Também foi relatada a necessidade de se ter um plano de comunicação nessas
124 localidades relacionados com o consumo humano da água, pois existem pessoas que buscam
125 água em outras fontes que podem ser piores e essas pessoas não acreditam na qualidade dessa
126 água que já vem sendo captada, devendo haver uma estratégia para convencer essa população
127 que a água do rio Doce está apta para captação, tratamento e disponibilização para consumo. A
128 Sra. Jamile informou que a CT Comunicação deve auxiliar nesse ponto, ficando encaminhado
129 para ela nessa reunião apresentar diretrizes para se trabalhar uma proposta a ser utilizada pela
130 Renova. Em relação ao item 4 de pauta: informes do GTA-PMQQS e PMQQVAI e deliberação 33,
131 item 1 (GT Coloides), a Sra. Emilia Brito, representante do IEMA, fez a primeira apresentação e
132 informou que na NT-16 do GTA PMQQS, que trata sobre a aplicação de validadores e
133 qualificadores de dados gerados pelo PMQQS, os dados estão disponíveis mas ainda não foram
134 validados junto aos dados da planilha completa enviada pela Renova, e que se teve a necessidade
135 de ajustar esses qualificadores, por isso se deixou de seguir o planejamento, atrasando as
136 entregas. Apresenta um fluxograma geral de validação e qualificação dos dados, relata que
137 existem 3 tipos de dados: os inválidos, os válidos que atenderam os qualificadores e os válidos
138 que não atenderam sequer um dos qualificadores. O GTA PMQQS definiu pelo envio trimestral
139 da planilha de dados com os validadores e qualificadores aplicados, assim como um relatório de

140 QA/QC. Além deste item, um relatório simplificado deverá ser produzido, para disponibilizar a
141 população. Informou que devido aos atrasos e a necessidade de agilidade, a NT-16 com os
142 critérios de validação e qualificação foi enviada diretamente da CT para a Renova, sem passar
143 pela Reunião da CT-SHQA, assim sendo, a Renova aplicou os critérios e disponibilizou uma
144 planilha para aferição, ficando o GTA PMQQS responsável por analisar a planilha e enviar ao CIF.
145 A Sra. Jamyle informou que gostaria de receber os dados do PMQQS pois alguns critérios servem
146 para a CT-Saúde e que na NT 16 os dados vêm mais detalhados. A Sra. Emilia informa que o GTA
147 fez as planilhas para os validadores e a Renova também, restando comparar essas planilhas. Em
148 relação ao relatório PMQQVAI, informou que a maioria dos dados estão válidos e que devem ser
149 definidas as novas datas de entrega, mas possivelmente a Renova pedirá um *delay* de prazos. Na
150 segunda apresentação, sobre o material Inconsolidado, foi apresentado um histórico de entregas
151 e reuniões, desde 2016. Em novembro de 2018 foram sugeridos encaminhamentos, como a
152 reunião com a Fundação Renova para se tirar dúvidas do relatório, apresentar e apontar os
153 principais itens e a continuação de uma força tarefa do GTA PMQQS. Continuou a apresentação
154 relatando que a qualidade da água melhora quando se desce o rio, os diques S3 e S4 são um filtro
155 que segura o rejeito e ajuda na qualidade da água. Informou que alguns dos Brancos da
156 amostragem apresentaram contaminação e a Sra. Regina informou que foi solicitada uma análise
157 química, mas deve se fazer uma análise biológica. A Sra. Emilia informou que todo o material que
158 está em suspensão é analisado para saber o que está descendo ao rio e dependendo do que
159 estiver deve ser ligado uma alerta. Informou ainda que os diques foram feitos para segurar os
160 rejeitos próximos à barragem para que a chuva não faça carreamentos, e em Nova Santarém as
161 barreiras ajudam na passagem da água e na retenção do material. A Sra. Margareth relata que
162 deve se ligar o pisca alerta para a CT de como o rejeito e o material inconsolidado vêm se
163 comportando, relata a indignação pela forma como a Renova se comporta, pois se perdem
164 amostras, vidros se quebram e não fazem outras coletas, informa que é necessário se juntar com
165 a CT-Rejeitos para discutir o tema. A Sra. Milena relata que antes alguma perda maior deve se
166 tomar uma atitude. A Sra. Margareth reforça a necessidade de se conversar com a CT-Rejeitos e
167 com a CT-BIO pois é um assunto muito delicado e informa a necessidade de um membro da CT-
168 SHQA participar dos debates da CT-Rejeitos. A Sra. Luciane Coelho, representante do IBAMA,
169 relata que os membros do IBAMA que estão participando das análises estão sobrecarregados e
170 pede que em uma semana do mês se realize uma força tarefa para se tratar de todos esses
171 assuntos, para não se frear a participação dos membros do IBAMA. A Sra. Emilia informou o
172 encaminhamento de se realizar um alinhamento entre os técnicos responsáveis no dia 10/12 e
173 no dia 11/12, pois se realizará uma reunião com a Renova. Nos dias 12, 13 e 14/12 os técnicos se
174 reunirão novamente para se fechar a Nota Técnica 17 e dar os encaminhamentos necessários.
175 Em relação ao item 10 de pauta: apresentação do Plano de Aceleração do PG-32, conforme item
176 3 da Deliberação 185, a Sra. Maria de Lourdes, representante da Fundação Renova, realizou a
177 apresentação do relatório do PG-32, iniciou relatando os antecedentes e uma contextualização
178 da NT-22 da CT SHQA. Apresentou a identificação dos problemas, como as anuências e atrasos
179 dos órgãos ambientais nos licenciamentos e os principais impactos no cronograma, como atrasos
180 e falta de confiança da população nos projetos propostos. Apresenta o fluxograma de
181 funcionamento e tudo o que está sendo feito. A Sra. Rafaeli pergunta o porquê do atraso dessas
182 anuências e qual é o gargalo desse tema. A Sra. Maria de Lourdes informa que quase todas
183 anuências já foram assinadas e não é um problema tão preocupante. Continua a apresentação
184 relatando a utilização da metodologia 5W2H no plano, mas que se levantou a dúvida de quem
185 seria os responsáveis dos gargalos, e que não se poderia marcar uma data de entrega para ações
186 que dependem do envolvimento de outros entes. A Sra. Regina informou que no IGAM os

187 processos que envolvem ações da Renova têm prioridades, informou ainda que os gargalos
188 devem ser destacados e quais municípios apresentam atrasos para levar essas questões ao CIF e
189 posteriormente se reunir com os prefeitos para analisar cada situação. Relatou que em Camargos
190 já se tem o projeto para perfurar mais 2 poços mas depende da aceitação da população e em
191 Ponte do Gama o problema foge ao controle da Renova. A Sra. Rafaeli informou que a questão
192 de Camargos deve se indicar os gargalos do cronograma e onde estão os erros, informou que
193 todos os problemas devem ser reportados para a CT-SHQA, pois antes se tentava solucionar esses
194 problemas internamente à Renova. A Sra. Regina solicita que até o dia 19/11 o detalhamento dos
195 gargalos, problemas, relatos e municípios sejam apresentados para que sejam levados ao CIF,
196 assim como o número dos processos de licenciamento que estão pendentes no IGAM. A Sra.
197 Margareth relata que uma das funções da CT é acompanhar o desenvolvimento do programa e
198 por outro lado a Renova entrou para dar velocidade na resolução dos problemas, o “quem” que
199 se discute na coluna da planilha seria o responsável que tem a chave para solucionar o problema,
200 quem deve resolver, e após ele ser definido deve se sentar para repactuar os prazos. Da mesma
201 forma, a Sra. Jamyle coloca que a coluna “quem” não está clara e deve se inserir os responsáveis,
202 os envolvidos e como resolver o entrave. A Sra. Eloá, representante da Renova, informa que a
203 discussão pode ser melhorada e ampliada, não se limitando à ferramenta 5W2H, que essa
204 metodologia é para a identificação do problema e que a solução do problema é o próximo passo,
205 pois da forma como foi apresentado não deixa claro. Após identificado os problemas deve se
206 definir as ações, quem irá resolver, os objetivos, etc. Foi informado que a Renova faz ações para
207 vencer esses obstáculos periódicos e deve ser discutido o que a Renova pode fazer em conjunto
208 com a CT-SHQA e com a comunidade para solucionar os problemas identificados a priori. A Sra.
209 Jamyle relatou que os problemas apresentados não estão claros. A Sra. Christiny informa que é
210 imprescindível se ter o cronograma das ações, o que foi planejado e o que realmente foi feito,
211 descobrir o gargalo e trabalhar nele, ter uma visão de futuro das ações para cada município,
212 detalhar melhor o cronograma de planejamento. O Sra. Felipe, representante do IEMA, relatou
213 que está claro que o que foi apresentado não é um plano de aceleração e que se deve seguir a
214 proposta da Sra. Eloá, informando os entraves internos e externos à Renova e colocando uma
215 ferramenta para medir o progresso das ações. A Sra. Rafaeli relata que deve se seguir a proposta
216 colocada pela Sra. Eloá. Em relação ao item 5 de pauta: aprovação do pedido de
217 revisão/reavaliação de São Domingos do Prata, o Sr. Breno, representante da SECIR, informou
218 que foi pedido uma alteração de pleito que entrava na situação de revisão. A Sra. Sara
219 Vasconcelos, representante da Renova, informou que existiam pleitos de resíduos sólidos que
220 deveriam ser revisados, e outros seriam novos pleitos, portanto precisaria de um novo
221 chamamento. A Sra. Thaís relatou que não é o caso de revisão e a Renova deveria indeferi-los. O
222 Sr. Breno relatou que a NT 27 ficou extensa pois se juntou duas questões distintas na mesma NT,
223 já entrando no pedido de revisão de recurso sanitário, informou que o pedido de revisão se
224 alterou e o tema voltou para a CT, se fez uma análise e os pleitos voltaram para a prioridade 5.
225 Informa que que a verba de R\$8,5 milhões deve ter alguma funcionalidade e o projeto pode ser
226 adaptado para se ter essa funcionalidade. O Sr. Albino, representante da COPASA, relatou que
227 não está escrito claramente o que se quer e se deve pensar para essa verba (R\$8,5 milhões) como
228 uma primeira etapa incluindo a ET. A funcionalidade deve se juntar ao tratamento, de forma que
229 esta implique no tratamento pois a FUNASA não libera caso não haja funcionalidade do projeto,
230 além disso considera apto o pedido de revisão e enquadra o pleito em prioridade 5. O Sr. Breno
231 informou que se deve enviar ao CIF, após reavaliação, a aceitação do pleito mas não acatando o
232 pedido de revisão do aterro para a construção civil. Informou ainda que nos últimos
233 chamamentos foi pedido uma revisão por parte da FUNASA e está sentindo falta dessa

234 participação, informa ainda que a NT-27, relacionada com o pedido de São Domingos do Prata,
235 está aprovada pela CT SHQA. A Sra. Christiny relata a dúvida sobre a questão dos resíduos de
236 construção civil, se ele entra ou não na cláusula, mas entende que pela parte de recicláveis
237 poderia se enquadrar, da mesma forma, a Sra. Thaís sugeriu enquadrar dentro dos materiais
238 recicláveis. O Sr. Gilberto entende que não se enquadra pois não há um derramamento dessa
239 carga no rio e a Sra. Sara Vasconcelos sugere investir no resíduo de construção civil se o resíduo
240 sólido urbano for resolvido primeiro. A Sra. Thaís informou que só se pode fazer o que está escrito
241 e não se previu o aterro de construção civil e sugeriu aprovar a NT 27 e reprovar a parte da
242 construção civil, se reunindo posteriormente para a reapresentação deste pleito. O Sr. Flávio
243 também colocou que a NT 27 é apoiada em resíduos sólidos urbanos que causam impactos no
244 Rio Doce. Em relação à aprovação do pleito de Caratinga o Sr. Breno relatou que o município
245 solicitou passar 13% dos recursos para resíduos sólidos, informou que existiam complexidades
246 sobre a questão do índice de tratamento de esgoto. O Sr. Albino informou que os municípios que
247 tiverem mais de 80% de tratamento não teriam prioridades sobre os demais. A Sra. Thaís coloca
248 em dúvida a porcentagem de investimento de tratamento de resíduos na sede do município e
249 nos distritos, se deve ser calculado apenas área urbana ou também rural. A Sra. Caroline,
250 representante do MMA, relata a utilização da Deliberação 43, que se utiliza índices superiores a
251 90% na sede. O Sr. Albino relata que a COPASA alocou recursos próprios pois anteriormente ficou
252 claro que o recurso não viria para a COPASA, por isso se buscou uma alternativa. A Sra. Sara
253 Vasconcelos informa que quem decide o pleito é o município mas que tem medo de se ter
254 retrabalhos futuros devido aos atrasos que se podem acontecer. O Sr. Breno também entende
255 que o município que deve apontar os pleitos. O Sr. Gilberto recoloca o ponto da Deliberação 43
256 e os membros entram em acordo de se utilizar essa deliberação, de 90% dos recursos para a
257 sede. Em relação ao item 7 de pauta: debate quanto à nova versão do diagnóstico de resíduos e
258 esgoto encaminhado pela Fundação Renova, a Sra. Milena informou que a CT recebeu mais uma
259 versão do diagnóstico de levantamento de esgotamento e resíduos, solicitado pelo CIF para a
260 Renova, e o estado do Espírito Santo já tinha uma estimativa, mas Minas Gerais não. A Renova já
261 tinha apresentado algumas versões para se entender o que seria esse produto e foram feitas
262 algumas sugestões e solicitações, porém o diagnóstico não atendeu às expectativas. Dentro da
263 perspectiva de revisão dos programas, o MP está fazendo propostas para os programas com
264 ordens de grandeza e propostas de repactuação dos programas, foram levantadas 3 propostas
265 de ação: esperar a repactuação por parte do MP, a própria equipe do GT fazer o diagnóstico e
266 estipular um custo para MG seguindo a proporcionalidade. O Sr. Flávio informa que as
267 estimativas dos recursos de coletas estão subestimadas e se deve chegar a um valor adequado.
268 A Sra. Thays aconselha à CT reprovar o diagnóstico da Renova pois nada será feito novamente e
269 posteriormente a CT emite uma NT para explicar o motivo dessa reprovação. Relata ainda que
270 faltaram se debitar os pleitos, as estações de transbordo para MG pois na questão de resíduos
271 foram colocados apenas os municípios da AA2. A Sra. Milena informou que a Ramboll apresentou
272 os estudos com as ordens de grandeza e quais são as fontes, colocando que a proposta que
273 parece ser mais coerente é se fazer um cálculo simples e ficar por conta da repactuação. A Sra.
274 Thaís sugere apresentar ao CIF a reprovação do diagnóstico e a ordem de grandeza proposta pela
275 Ramboll. A Sra. Margareth sugere levar a questão ao CIF, aprovando parcialmente o relatório e
276 levando uma ordem de grandeza com estimativa para a recuperação da bacia, colocando na
277 pauta da próxima reunião da CT-SHQA a análise da NT sobre aprovação parcial do diagnóstico. A
278 Sra. Monica, representante da Renova, relata que a COPASA atende apenas 6 dos 40 municípios
279 e toda a rede de esgoto das zonas rurais são de responsabilidade das prefeituras, que muitas
280 vezes não têm estruturas, existe o risco de se fazer estruturas que podem parar de funcionar por

281 falta de manutenção e operação e que muitas prefeituras não têm caminhão limpa fossa, relata
282 também que o SAAE tem dificuldades de operar centrífugas e sem a utilização do leito de
283 secagem o processo não irá funcionar, é uma situação complicada que não adianta apenas fazer
284 a capacitação dos municípios, pois se liga a questões operacionais e de gestão. A Sra. Alessandra,
285 representante da FEAM, relatou que no final do ano de 2016 a SECIR e a FEAM propôs apoio aos
286 municípios e informou que a questão da sustentabilidade financeira e dos “elefantes brancos”
287 foi discutida e se deixou claro que é necessário um comprometimento dos municípios pois a
288 capacitação e apoio técnico prevê toda a condição necessária para a ET funcionar. O Sr. Albino
289 relata que o sistema de abastecimento de água é diferente do esgotamento sanitário, a
290 população entrega o esgoto da pior forma possível e por isso se deve fazer uma conscientização
291 da mesma, são necessárias equipes experientes nas ET’s mas também existe a questão da
292 manutenção dos sistemas de esgoto com equipamentos muito caros, por isso não se trata de
293 uma questão tão simples, o custo é muito alto e é necessário que a população entenda essa
294 questão. A Sra. Regina informa que é necessário se fazer esse saneamento passo a passo e
295 manter o plano da melhor forma possível, deve se cobrar a capacitação e o apoio técnico. O Sr.
296 Flávio relata que deve se focar no apoio técnico e se pensar em quais instrumentos e orientações
297 as equipes técnicas devem receber para repassar para as cidades, isso pode reduzir o risco
298 substancialmente. Em relação ao item 8 de pauta: discussão sobre o andamento das ações de
299 capacitação e apoio técnico do PG-31, a Sr. Bruna, representante da Renova, se apresentou para
300 os membros e relatou que ainda existem muitos nós, mas que as ações estão acontecendo e o
301 apoio técnico está em campo desde junho. Relatou ainda que os municípios estão em fase de
302 elaboração de TR’s e projetos e esses estão em análise pelos bancos mas já se iniciou a
303 capacitação junto aos municípios. A Sra. Mônica relatou que muitos dos municípios não têm
304 outorgas ou licenças e se começou a perceber que não adiantaria apenas falar o que deveria ser
305 feito, por isso se fez um Workshop com os municípios para alinhamento do tema. A Sra. Bruna
306 continuou a apresentação e relatou que os bancos pediram uma análise econômico-financeira
307 do projeto, informa da necessidade de capacitação individualizada pelos municípios, como
308 oficinas de licenciamento ambiental e elaboração de projetos básicos. Relatou do alinhamento
309 de pleitos baseado no PMSB e a Sra. Sara Vasconcelos informa que o plano de metas e ações
310 ocorre mais no final e nem todos estão nessa fase, por isso pergunta como isso será tratado. A
311 Sra. Milena informa que o que está em elaboração não pode parar e a Sra. Jamyle informa que o
312 PMSB é necessário para acessar os recursos federais e o Ministério das Cidades pode aprovar ou
313 não os planos e pleitos. A Sra. Regina informa que os municípios que não tem seu PMS aprovado,
314 devem ser tratados de forma diferenciada e a Sra. Sara Vasconcelos informa o plano de
315 priorização dos municípios, relatando a questão da área estar impactando a sede ou não do
316 município. O Sr. Albino informa que o recurso deve ser utilizado da forma que o município definir
317 e que não necessariamente deve ser na área impactada. Ele relata ainda da situação de alguns
318 municípios com a COPASA, da definição e escolha de modelo da ET, que quem deve definir é o
319 corpo receptor mas por mais que o município queira uma ET moderna a legislação ambiental
320 deve ser alinhada e a estrutura que o município aguenta receber deve ser levado em conta. A
321 Sra. Sara Vasconcelos informa que o município de Santana do Paraíso pedirá mudança de pleitos
322 e o TCE pode embargar as obras posteriormente, a Sra. Regina informa que o TCE solicitou
323 acompanhar e ser informado do andamento das obras e pleitos. A Sra. Bruna informa que o plano
324 municipal trata município de uma forma mas a CT coloca de forma consorciada um plano geral
325 para os municípios, a Sra. Sara Vasconcelos informa que o consórcio é a forma mais viável e
326 sustentável e coloca a necessidade de se formalizar melhor as questões. Em relação ao item 9 de
327 pauta: parecer elaborado pela Ramboll referente à inclusão de Ponte Nova na AA1 do TTAC, a

328 Sra. Eloá sugeriu que se apresente esse ponto na próxima reunião da CT-SHQA. A Sra. Milena cita
 329 a NT-3, que altera o TTAC em relação ao município de Ponte Nova, mas não fala do teto, deixando
 330 ao CIF a competência de se definir valores. O Sr. Carlos Cenachi, representante da Renova,
 331 informou que essa NT era o levantamento que se repetiu para as CT's do que as mesmas
 332 entendiam que deveria ser alterado no TTAC e que o MP estava a conduzindo. Relata ainda que
 333 Ponte Nova contém 7 propriedades privadas na AA1 e que a questão já foi resolvida. A Sra. Regina
 334 sugeriu esclarecer a situação de Ponte Nova na próxima reunião do CIF.

335

Encaminhamentos Finais

ITEM	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEL
27.1	Apresentar as anuências dos projetos básicos até o dia 28 de dezembro	28/12	Renova
27.2	Entrega desse Plano de Aceleração atualizado até o dia 15/12	15/12	Renova
27.3	Enviar a apresentação com os entraves políticos até o dia 19/11 para a Sra. Regina	19/11	Renova
27.4	Reunião de alinhamento entre os dias 10/12 e 14/12, com participação da Renova no dia 11/12, para elaboração de uma NT do PMQQS	10 a 14/12	Emilia e Renova
27.5	Enviar detalhamento dos gargalos, problemas, relatos e municípios para que sejam levados ao CIF	19/11	Renova
27.6	Discutir a análise dos pleitos de Bom Jesus do Galho e Caratinga na próxima reunião da CT-SHQA	23/11	Membros da CT-SHQA
27.8	Apresentar fluxo de informações do GT-ESRS na próxima reunião da CT, para possível adaptação da CT	23/11	Milena

336